

Moratória da dívida externa é única saída do próximo governo

Nilton Horita

SÃO PAULO — As reservas cambiais brasileiras estarão em US\$ 6 bilhões ou US\$ 7 bilhões no início do próximo governo, em março do ano que vem, caso a atual administração mantenha a política de centralização de câmbio (rígido controle sobre as remessas de dólares ao exterior) e continue a praticar a moratória informal do pagamentos de juros aos credores internacionais. Esse dado, revelado pelo Banco Central aos economistas do PT, demonstra o grau de dificuldade do Brasil com relação ao seu caixa, já que o total da dívida externa vencida, no momento da posse do novo presidente da República, será de US\$ 5 bilhões. Ou seja, o próximo governo não terá outra saída senão a continuação da suspensão do pagamento da dívida.

"De qualquer modo, encontraremos um país com situação complicada em relação ao volume de reservas cambiais caso vençamos as eleições", afirmou o economista Sérgio Trani, durante almoço reservado entre ele e o coordenador da área financeira da equipe econômica do PT, Carlos Eduardo de Carvalho, com o Conselho da Associação das Distribuidoras de Valores (Adeval), ontem, no elegante e fechado Jóquei Clube de São Paulo. O presidente do Banco Central, Wadico Bucchi, porém, não revelou o volume atual das reservas cambiais, mas o que mais importa para o PT é de quanto será o caixa no momento da

posse do novo governo. Em conversas informais mantidas com representantes dos credores internacionais, os economistas petistas não encontraram nenhuma objeção radical contra as suas propostas de suspensão dos pagamentos.

Reuniões — O encontro de ontem foi mais um da série de reuniões que vem sendo mantida pelo PT com setores diversos da iniciativa privada. Anteontem, por exemplo, os economistas petistas estiveram com entidades ligadas à poupança, de quem receberam propostas de melhoria do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). No início desta semana, o PT se reuniu com a direção da Fiat, na presença de representantes da empresa vindos da Itália, sede da multinacional. O encontro de ontem foi extremamente cordial, com os empresários manifestando o desejo de colaborar, aceitando de antemão participar com sua cota de sacrifício no processo de ajustamento econômico. Carvalho e Trani enfatizaram que falam em nome do partido.

As empresários chegaram a garantir ao PT, no que se refere à dívida interna, que o mercado aceita comprar papéis finais de longo prazo, mas desde que o novo governo defina normas claras e duradouras, mesmo que não sejam as melhores. Uma forma sugerida para sanar o problema de caixa do governo seria a manutenção das regras sobre a dívida interna, com o lançamento de um imposto compulsório onde todos colaborariam com sua cota de sacrifício. Carvalho, por

sua vez, garantiu que o PT não pensa em privatizar os bancos e confiscar ouro em poder do mercado. Pelo contrário, garantiu que o projeto petista é defender o sistema financeiro e o mercado de ouro e ações como importantes instrumentos na modernização do país.

Moratória — Carvalho criticou a moratória da dívida interna na Argentina e lembrou que uma das propostas do PT será reunir as empresas que mantêm capital no mercado financeiro a trocar parte pequena dessas aplicações por investimento produtivo, ao invés de simplesmente trocar esses títulos por outros ativos. Isso porque o PT entende que o ajuste econômico não pode ser apenas monetário ou através do congelamento de preços, mas um processo amplo que contemple o crescimento econômico. "E o dinheiro disponível para financiar o desenvolvimento brasileiro, já que o Estado está quebrado, são os recursos que estão no over", analisou Carvalho.

O PT considera que o período crítico serão os primeiros seis meses de governo. Carvalho lembrou que o partido deseja que os empresários assumam uma firme postura em relação ao governo para que se acabe de vez o modelo de decisões em gabinete. "As posições reveladas estão em sintonia com o mercado, mas é fundamental que essas concepções reveladas no almoço prevaleçam no partido", avisou o presidente da Adeval, Ney Castro Alves.